COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 2.874, DE 2008

Altera dispositivo da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Autor: Deputado ÁTILA LIRA

Relator: Deputado EMILIANO JOSÉ

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Átila Lira, propõe alterar o art. 48 da LDB – Lei nº 9.394/1996, referente ao registro de diplomas, de modo a que os diplomas de cursos reconhecidos, expedidos por instituições não-universitárias credenciadas e com conceito satisfatório nos processos de avaliação oficiais, possam ser registrados pela própria instituição emissora, tal como ocorre com as instituições universitárias.

O Projeto estabelece ainda que os diplomas conferidos por instituições não-universitárias que não tenham ainda sido submetidas à avaliação oficial ou que tenham tido avaliação insatisfatória, continuem a ser registrados por universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação, tal como hoje prevê a lei.

Em favor de sua Proposição, o autor argumenta que já existem dispositivos constitucionais e infraconstitucionais suficientes para resguardar a qualidade do ensino ministrado no País. Assim, se um curso já é reconhecido e uma instituição, credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), significa que já passaram por um complexo e detalhado processo que envolve o cumprimento de diversos requisitos, prazos e procedimentos. Se ao

fim do longo caminho da regulamentação foram bem sucedidos e também foram bem avaliados pelos sistemas oficiais, deveriam merecer a confiança do próprio sistema que os reconheceu, podendo então ser dispensados de novas etapas burocráticas para registrar os diplomas que emitem. Razão adicional levantada pelo autor é o estímulo às instituições públicas não-federais para aderirem ao SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), tendo como contrapartida a possibilidade de registro de seus próprios diplomas em caso de virem a ser bem avaliadas.

O Projeto de Lei foi apresentado em 25/02/2008 e a Mesa Diretora o encaminhou às Comissões de Educação e Cultura (CEC); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), conforme reza o art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A Proposição sujeita-se à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime ordinário.

No âmbito da CEC, o ilustre Deputado Gastão Vieira foi em 27/3/2008 designado Relator do Projeto, que não recebeu emendas no prazo regulamentar. O Relator apresentou à Comissão, em 3/6/2008, seu Parecer favorável à Proposição. Entretanto, o Projeto foi retirado de pauta de Ofício, na sessão de 9/7/2008 e em 29/5/2009 este Deputado foi designado o novo Relator do Projeto de Lei.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a motivação central do Projeto de Lei proposto pelo ilustre Deputado Átila Lira. Preocupa-se ele com o excesso de burocracia que cerca o conjunto das quase três mil instituições de ensino superior que hoje operam no território nacional.

Bem lembra o Deputado Átila Lira que a Carta Magna dispõe de artigos que não só buscam garantir a qualidade do ensino ministrado no País como atribuem ao Poder Público as funções de autorizar o funcionamento de instituições de ensino e de avaliar-lhes a qualidade. Também existe uma ampla legislação infraconstitucional e vasta rede de Portarias ministeriais tratando de regular a oferta de educação superior nos seus mínimos detalhes. Por outro lado, há mais de década são aceitas, estão

estabelecidas e tem sido sempre aprimoradas as práticas oficiais de avaliação institucional interna e externa, bem como as de avaliação estudantil.

É preciso também não esquecer que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.681/2004, que busca aferir a qualidade e as condições de funcionamento das instituições e dos cursos de graduação integrantes do Sistema Federal de Educação Superior, além de avaliar o desempenho estudantil, em breve completará seu terceiro ciclo avaliações por área do conhecimento, proporcionando uma base mais do que suficiente para o Ministério da Educação e para a sociedade formarem um juízo a respeito de quais são verdadeiramente os bons cursos e as boas instituições. Mais que justo, portanto, liberar os seus alunos formandos de mais uma peregrinação burocrática em busca do registro de seus diplomas.

Só para se dar uma idéia da ordem de grandeza do impacto – e sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, por si tão polêmico-, recordemo-nos dos resultados do chamado Índice Geral de Cursos (o IGC¹) do MEC/INEP, divulgados em setembro de 2008. Faziam parte da lista 1.837 instituições de ensino superior (IES), 389 delas sem conceito. Do total com conceito publicado, 21 IES obtiveram conceito 5 e mais da metade delas (12, para sermos exatos) eram instituições privadas não-universitárias. 121 IES tiveram conceito 4 e mais uma vez, quase a metade (56) constituía-se de IES privadas não-universitárias. Observe-se que nem estamos levando em conta as instituições agraciadas com o conceito 3, ainda considerado um bom conceito e que agrupa a grande maioria das IES do conjunto avaliado (foram 852 IES com este conceito). Ainda que seja provisório este resultado, lembre-se que será com base no resultado final do Índice Geral de Cursos (IGC), a se completar somente no final de 2009, que o MEC promoverá o novo credenciamento das instituições de ensino superior.²

Merece também destaque o fato de que a proposta do ilustre Parlamentar harmoniza-se com o Programa Nacional de Desburocratização do governo, que estimula as organizações governamentais e não-governamentais, a sociedade civil e os cidadãos a “promoverem a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação

¹ O IGC é mais um indicador recém-introduzido pelo MEC, que condensa conceitos atribuídos tanto a cursos de graduação quanto aos de mestrado e doutorado, em valores contínuos e em faixas de 1 a 5.

² Notícia publicada no O Estado de São Paulo de 8 de setembro de 2008.

governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética”.

Além disso, a proposta incentiva a adesão ao SINAES por parte das instituições públicas municipais e estaduais de educação superior, que se submetem aos respectivos Conselhos Estaduais de Educação, pois caso alcancem boas avaliações, poderão registrar seus diplomas.

Por fim, o Projeto de Lei prevê que os demais cursos e instituições que não possam ou não queiram participar do SINAES, ou aquelas que não tenham obtido avaliação satisfatória, continuem a se reger pelos mesmos dispositivos legais atualmente vigentes.

Assim sendo, e com base no que foi exposto, manifesto meu voto favorável ao Projeto de Lei nº 2.874/2008, de autoria do ilustre Deputado Átila Lira, por seus méritos educacionais e culturais e convido os Parlamentares membros da CEC a apoiarem a proposição, pelas razões assinaladas.

Sala da Comissão, em 01 de julho de 2009.

Deputado EMILIANO JOSÉ
Relator